



252

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 034141-29.2002.8.17.0001 (0223971-6)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL

EMBARGANTE: ANDREZZA PATRÍCIA HOLANDA DE SOUZA

EMBARGADA: QUARTA CÂMARA CRIMINAL

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUTIR MATÉRIA JÁ APRECIADA. EMBARGO QUE SE REJEITA DE FORMA UNÍSSONA.

1. Prevalece no moderno sistema processual penal que eventual alegação de nulidade deve vir acompanhada da demonstração do efetivo prejuízo, consoante dispõe o art. 563 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu no presente caso.
2. O acórdão ora impugnado adentrou nas questões apontadas na petição de embargos de forma clara e objetiva, restando evidente a intenção da embargante de rediscutir matéria já apreciada por esta Corte de Justiça, sendo certo que tal intento é vedado pelo Código Processual Penal (art. 619).
3. Rejeição dos embargos.
4. Unanimidade.

ACÓRDÃO

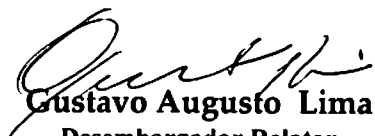
Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 034141-29.2002.8.17.0001 (0223971-6), ajuizado por ANDREZZA PATRÍCIA

L

753

HOLANDA DE SOUZA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **conhecer dos Embargos e os rejeitar**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 03 de junho de 2014.


Gustavo Augusto Lima
Desembargador Relator



234

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 034141-29.2002.8.17.0001 (0223971-6)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL

EMBARGANTE: ANDREZZA PATRÍCIA HOLANDA DE SOUZA

EMBARGADA: QUARTA CÂMARA CRIMINAL

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração oferecidos por **ANDREZZA PATRÍCIA HOLANDA DE SOUZA** em face do acórdão proferido por esta e. Câmara Criminal, nos autos do presente recurso de apelação criminal.

Foi interposto recurso de apelação criminal em face da sentença condenatória de fls. 541/549 que julgou procedente a denúncia e impôs à embargante pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em regime inicial semiaberto e 40 (quarenta) dias-multa, pela prática do ilícito tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

O representante do Ministério Público e a defesa ofertaram as razões recursais às fls. 546/552 e 593/601, respectivamente, pugnando pela absolvição da apelante em razão da ausência de suporte probatório suficiente para a condenação.

As contrarrazões do recurso pela defesa foram apresentadas às fls. 607/609 e, por sua vez, as do *parquet* foram oferecidas às fls. 625/626, ambas reiterando os termos postos nos recursos.

A Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 630/639, opinando pela não procedência dos recursos de apelação e pela conseqüente manutenção da sentença imposta à ora embargante, levando em consideração a suficiência dos elementos probatórios necessários ao veredicto condenatório.

Em 15 de abril do ano em curso, esta e. Câmara Criminal, por maioria de votos, negou provimento ao recurso de apelação, mantendo a condenação (fl. 663).

Com o ajuizamento dos aclaratórios (fls. 685/689), a embargante suscita preliminar de nulidade processual em decorrência de suposto prejuízo ao seu direito de defesa, pois o instrumento procuratório de fl. 72 não foi subscrito pelo seu punho. Alega ainda que ocorreu nulidade em razão do fato de o Juízo não haver inquirido quatro testemunhas arroladas pela sua defesa. Suscita também a ocorrência de nulidade em face da ausência de fundamentação da decisão que recebeu a denúncia.

No mérito, a embargante argumenta que as causas de aumento de pena que lhe foram imputadas devem ser extirpadas da condenação, por não encontrarem arrimo na prova. Alega ainda a embargante que não há elemento probatório que comprove seu o vínculo com os fatos criminosos narrados na denúncia.

A douta Procuradoria de Justiça, nas contrarrazões, rechaça os argumentos da embargante, alegando que as nulidades apontadas não existiram e que as alegações de mérito representam a

256
impertinente intenção de revisar matéria já apreciada por esta Corte de
Justiça. Requer a rejeição dos embargos.

É o relatório.

Recife, 3 de junho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
RELATOR



257

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 034141-29.2002.8.17.0001 (0223971-6)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL

EMBARGANTE: ANDREZZA PATRÍCIA HOLANDA DE SOUZA

EMBARGADA: QUARTA CÂMARA CRIMINAL

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Conforme relatado, através dos presentes aclaratórios, a embargante suscita preliminar de nulidade em razão do fato de o instrumento procuratório de fl. 72 não haver sido subscrito pelo seu punho e de o Juízo não haver inquirido quatro testemunhas arroladas pela sua defesa. Alega também que o feito deve ser anulado em face da ausência de fundamentação da decisão que recebeu a denúncia.

DAS NULIDADES

De fato, depreende-se que a assinatura contida no instrumento procuratório de fl. 72 não é da genitora da embargante. Entretanto o aludido instrumento procuratório é datado de 25/10/2002, ou seja, foi subscrito ainda durante o curso do inquérito policial.

A exordial acusatória foi recebida em 05 de maio de 2003.

A embargante constituiu Advogado de sua confiança em 23 de dezembro de 2002, acostando aos autos o instrumento procuratório de fl. 142, ou seja, antes mesmo de a denúncia criminal referente a presente ação penal ser recebida, a embargante já estava sendo devidamente assistida por Advogado.

Como bem ressaltou a douta Procuradora de Justiça em seu parecer, a imperfeição apontada pela embargante ocorreu durante o inquérito policial, sem contaminar a subsequente ação penal. Ademais, não se observa o prejuízo para a defesa e, nos termos do art. 563 do CPP¹, nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa. Sobre o assunto:

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. FURTO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE DEFESA POR ESCRITO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DEFESA APRESENTADA EM AUDIÊNCIA. RÉU ASSISTIDO POR ADVOGADO. 3. INCONFORMISMO NÃO ARGÜIDO NO CURSO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PRECLUSÃO. 4. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie.

Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no afã de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente, a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal.

2. A nulidade arguida - ausência de defesa escrita - foi suprida pelo comparecimento pessoal do paciente à audiência de instrução e julgamento, devidamente assistido por seu defensor, tendo, inclusive, confessado espontaneamente a prática criminosa narrada na denúncia.

¹ Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

3. Prevalece no moderno sistema processual penal que eventual alegação de nulidade deve vir acompanhada da demonstração do efetivo prejuízo, consoante dispõe o art. 563 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu no presente caso.

4. Habeas corpus não conhecido. (HC 251.258/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 02/04/2013)

No que pertine a alegação de ocorrência de nulidade por ausência de fundamentação da decisão recebeu a denúncia e em razão do fato de o Juízo não haver inquirido quatro testemunhas arroladas pela sua defesa, é importante frisar que tais fatos não foram suscitados em momento oportuno pela defesa da embargante.

Durante a tramitação processual no Primeiro Grau não houve, por parte da defesa, manifestação acerca da alega ausência de fundamentação da decisão que deu início a presente ação.

Como a própria embargante alega, durante a audiência de instrução e julgamento o Exmo. Magistrado perguntou para as partes se ainda havia provas para serem produzidas, sendo certo que a defesa da embargante não se insurgiu em face da ausência de oitiva das testemunhas arroladas (fl. 507), ou seja, manteve-se silente acerca do assunto, pelo que se conclui que a matéria se encontra preclusa. Neste sentido:

HABEAS CORPUS. CRIME PREVISTO NO ART. 171, § 3º, DO CP, EM CONTINUIDADE DELITIVA. APELAÇÃO INTERPOSTA NOS MOLDES DO ART. 600, § 4º, DO CPP, TRANSCORRENDO IN ALBIS, SEM QUE AS RAZÕES RECURSAIS FOSSEM APRESENTADAS. CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.

INOCORRÊNCIA. FALTA DE INTIMAÇÃO REGULAR DA RÉ E DE SEUS ADVOGADOS.

NULIDADE ARGUIDA. PRECLUSÃO.

1. No caso concreto, apesar de não terem sido apresentadas as razões recursais da ora paciente, contra a sentença que a condenou, verifica-se que o Tribunal a quo deu provimento parcial à sua apelação, fixando-lhe regime menos gravoso para o cumprimento da pena.

2. Somente na impetração do presente habeas corpus é que os advogados constituídos pela paciente sustentam a nulidade do acórdão, razão pela qual a análise de tal argumento, no presente momento processual, ocasionaria supressão de instância, pois, frise-se, o Tribunal de origem não se manifestou acerca do tema.

3. A nulidade arguida é passível de preclusão, porquanto não foi questionada na primeira oportunidade em que a defesa se manifestou nos autos, com a necessária demonstração de prejuízo.

4. Ordem denegada.

(HC 122.988/RJ, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 23/04/2012)

Por tais fundamentos, voto pela rejeição das preliminares suscitadas pela embargante.

É como voto.

Recife, 3 de fev de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
RELATOR

DO MÉRITO

No mérito, a embargante argumenta que as causas de aumento de pena que lhe foram imputadas devem ser extirpadas da condenação, por não encontrarem arrimo na prova. Alega ainda que não há elemento probatório que comprove seu o vínculo com os fatos criminosos narrados na denúncia.

Para melhor compreensão da matéria de mérito, transcrevo o acórdão ora impugnado:

"EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO SEGURO QUANTO À PRÁTICA DO CRIME EM TELA. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. MAIORIA DE VOTOS.

- 1. Pleito de absolvição que não merece guarida. Suficiência de provas a indicar a responsabilização da apelante pelo crime de roubo qualificado.*
- 2. Condenação mantida.*
- 3. Não provimento do apelo."*

Como se percebe, o acórdão ora impugnado adentrou nas questões apontadas na petição de embargos de forma clara e objetiva, restando evidente a intenção da embargante de rediscutir matéria já apreciada por esta Corte de Justiça, sendo certo que tal intento é vedado pelo Código Processual Penal (art. 619). Neste sentido:

PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

- 1. Da leitura da petição dos embargos não se alcança o tipo de complementação, integração ou esclarecimento que o acórdão embargado estaria a demandar. O recorrente não conseguiu demonstrar em que hipótese a decisão impugnada teria violado o artigo 619 do Código de Processo Penal.*

2. Na verdade, busca rediscutir e reverter a decisão objeto do acórdão embargado, o que não se mostra possível em sede de embargos de declaração.

3. Nos termos do art. 102, inciso III, da Constituição da República, a violação de dispositivos constitucionais há de ser suscitada em sede de recurso extraordinário, não pela via dos aclaratórios, ainda que para fins de prequestionamento.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no HC 155.023/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 16/03/2012)

Assim, em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão impugnado, voto pela rejeição dos embargos.

É como voto.

Recife, 3 de junho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
RELATOR